A CONTINUIDADE DA PRESENÇA PORTUGUESA NA ÁFRICA

Sergio Alves Teixeira

Quando pensamos que os territórios ultramarinos dominados por europeus, a partir do fim da II Guerra, em verdadeira avalanche, obtiveram autonomia, é de chamar a atenção que Portugal tenha conseguido manter os seus, exceto pelos territórios na Índia e por ela tomados. Isto chega a ser visto por muitos como verdadeiro milagre. Depois de uma viagem a Angola e Moçambique adquirir, penso, o que me faltava para compreendê-lo, no que se refere a êstes dois territórios. Agora pretendo explicá-lo. A explicação entendo que deva ser buscada na conjuntura histórica, no conjunto das forças sociais e na vontade e ação humanas que como causa e efeito se conjugam e marcam os destinos dos povos.

Amiudadamente é dito, inclusive como acusação, que tendo sido Portugal o 1.º país europeu a se fixar na África, foi o que menos a desenvolveu, que os outros países que vieram depois fizeram muito mais para civilizá-la. Isto é verdadeiro. Mas por que tal ocorreu?

Inglêses, franceses, belgas desenvolveram mais seus territórios porque mais os exploraram; os portugueses desenvolveram menos seus territórios porque menos os exploraram. Nada mais, nada menos. Maior ou menor desenvolvimento nesse caso decorreu predominantemente de maior ou menor exploração das potencialidades dos territórios, muito pouco do humanitarismo, do sentimento cristão, do civilizar por civilizar.

O filantropismo na forma de escolarização, assistência médica, cristianização, vêzes sem conta, era a vanguarda da exploração ou servia para mascará-la. Ainda neste ponto a

primazia não está com Portugal. O filantropismo português foi menos interessado.

Vejamos agora o porquê da maior ou menor exploração e algumas de suas consequências.

Portugal ainda hoje, apesar do notável desenvolvimento que experimenta, tem muito que fazer para se aproximar dos padrões dos países que com ele compartilharam a posse da África. Suas potencialidades eram e são escassas. A população que hoje anda em torno de 10.000.000 de indivíduos, em 1950 atingia a 7.000.000. Seu território é de pequena extensão e de limitadas potencialidades de solo e subsolo. A emigração é uma constante. Até o fim da década de 40 o analfabetismo era de 50%. Em sua economia o setor industrial ainda é modesto, com ausência total da grande indústria. Assim é fácil de ver que Portugal não dispunha de condições para uma intensiva exploração da África.

Através dos tempos a exploração dos territórios portugueses na África pouco mudou. A exploração de uma agricultura tropical de exportação era, até bem recente, a única atividade econômica de vulto e é ainda dominante. Convindo lembrar que, na África, condições de clima e solo favoráveis à agricultura constituem exceção.

Para este tipo de atividade a população branca e alguns milhares de nativos, ambos com baixo nível cultural, eram suficientes. Pessoas com nível cultural elevado constituíam ínfima minoria.

Entretanto, a reduzida exploração e desenvolvimento da África portuguesa não pode ser atribuída somente à falta de recursos de Portugal para fazê-lo. A isto deve-se somar uma verdadeira política antidesenvolvimentista que vigorou até às vésperas dos movimentos de autonomia na África. É fácil de caracterizá-la. Para tanto basta dizer que ao português que para lá pretendesse emigrar era exigido um passaporte, obtido com dificuldades, pagamento de uma quantia elevada, comprovação de emprego na África, passagem de retorno assegurada pelo empregador ou por outra pessoa, caso ficasse sem

emprego. Enquanto isto os portugueses emigravam aos milhares com destino ao Brasil, Canadá, Estados Unidos e outros países.

A justificativa para tal política era que os territórios africanos não poderiam absorver imigrantes, os quais, não fossem estas restrições, seriam fontes de incômodos e preocupações. Para evitá-las...

Já nos territórios franceses belgas, ingleses a exploração foi muito mais intensa. A uma agricultura tropical somava-se uma ativa exploração mineira, ambas para exportação, e contando com apoio econômico, tecnológico e mercado muito mais amplo que a produção na África portuguesa. Deve-se acrescentar ainda que a perda das matérias primas do Extremo Oriente pelo avanço japonês durante a II Guerra, levou os países europeus a buscarem na África os materiais que a guerra exigia. Portugal não participando da guerra não foi afetado por esta necessidade.

Para as atividades econômicas e administrativas dos territórios belgas, franceses, ingleses, a escassa população branca não era suficiente, recorrendo-se então aos nativos, que aos milhares entraram na engrenagem da exploração. Embora essa engrenagem admitisse indivíduos com uma cultura quase tribal, um grande número de nativos, para dela participar, necessariamente teve de se civilizar ou se ocidentalizar, em graus muito variados, que iam desde a aquisição da capacidade para servir chá ou conhaque com o ritual clássico, ao manejo de tratores e detonadores de dinamite, a uma escolaridade que permitisse ocupar os cargos inferiores e médios da administração e à prestação de serviços à população nativa, como sacerdotes, médicos, professores. Aqui se encontra uma das chaves para explicar a saída dos demais países e permanência de Portugal na África.

Com a colaboração de Kwane Nkrumah que muito bem compreendeu e sintetizou a situação, fica mais fácil avaliar a decorrência desse fato, quando escreveu em sua autobiografia: "Uma elite da classe média sem o aríete das massas iletradas

jamais poderia ter esperança de esmagar as forças do colonialismo".¹

Quando o chamado nacionalismo sacudia a África, nos territórios portugueses não havia, e ainda não há, esta elite, e os troncos sociais que poderiam formar o aríete ainda não haviam desenvolvido o necessário. Não havia nem elites (nativas), para liderar, nem massas para pressionar.

Em 1950 apenas 3% da população de Angola (o território mais desenvolvido), era civilizada, incluindo-se brancos, mestiços e pretos que "pelos seus costumes, moralidade, instrução, profissão, nível de vida se aproximassem por todos estes atributos ou pela maioria deles, do comum dos europeus nas sociedades que lhes são próprias".²

Ainda em 1965, segundo Victor Ferkiss, 97% da população da África Portuguesa era analfabeta."³ Embora a manifesta hostilidade do mesmo a Portugal, o percentual não deve variar mais de 2 a 3%.

Em 1952 só 37 alunos de todas as raças concluíram o secundário em Angola e 20 deles seguiram para Portugal a fim de prosseguirem os estudos.⁴

Para dissipar alguma dúvida a respeito da falta de condições da população nativa de postular algo semelhante à autonomia política, como termo de comparação, lembro que atualmente cerca de 80% da população negra deve ser comparada não com o nosso analfabeto rural, mas com o nosso indígena, e isto sem um átomo de exagero.

Este percentual da população igualmente não fala português, o que dificulta, por vezes impossibilitando, o entendimento entre as dezenas de grupos e subgrupos, que falam línguas próprias. Sendo assim, em torno de 80% da população

1 - G. Barraclough, *Introdução à História Contemporânea*, Ed. Zahar, 1966, p. 180-1.

2 - Ilídio do Amaral, «Aspectos do Povoamento Branco de Angola» in *Estudos, Ensaios e Documentos*, nº 74, editado pela Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, p. 58.

3 - Victor Ferkiss, *África, um Continente à Procura de seu Destino*, Edições G.R.D., Rio de Janeiro, 1967, p. 26.

4 - Ilídio do Amaral, obra citada, p. 59.

é tribal, na plenitude do termo, com um horizonte de conhecimentos e expectativas que não vai além do horizonte visual.

A primeira chave está vista, vejamos as outras.

Segunda chave – O que representa a África para Portugal e os portugueses

Pelo que pude observar, o dizer-se que a África, como de resto todos os territórios que formam o espaço português, para utilizar a expressão consagrada, é tão território nacional como o Portugal europeu, não é um mero intento governamental, mas algo real para grande parte da população portuguesa, e certamente para a generalidade da população branca de Angola e Moçambique. Sobre os pretos falarei mais adiante, devendo-se ter em mente que o poder econômico e político, como é óbvio, está nas mãos dos brancos, daí muitas vezes ser necessário falar em brancos e nativos ou pretos separadamente.

Que na África a população branca considera a si e aos territórios como portugueses não devem pairar dúvidas. Em Moçambique e Angola as pessoas referem-se quase invariavelmente a Portugal como à Metrópole. Em Angola só como exceção alguém dirá Portugal em lugar de Metrópole. Há mesmo uma preocupação em demonstrar que os territórios são Portugal do mesmo modo que o Minho e o Além-Tejo. Em embalagens de açúcar e café angolanos lê-se: "de Portugal para o mundo"; uma emissora de rádio de Lourenço Marques diz a cada momento, "aqui Lourenço Marques, Portugal". Nomes de personalidades, vilas e cidades portuguesas designando cidades e ruas africanas é lugar comum. E isto não se dá só por obra do oficialismo. Cafés, restaurantes, açougues, vulcanizadoras amiudadamente ostentam nomes puramente metropolitanos. Outro fato a demonstrar que o território é Portugal é a presença de trabalhos artesanais e folclore portugueses. No comércio, em estabelecimentos comerciais e residências encontram-se os galos de Barcelos e as bonecas de Nazaré. Esta "portugalização" merece uma breve advertência. Em alguma

medida os assuntos africanos são avaliados por padrões inadequados.

Tudo isto me parece de grande importância. Antes de mais nada é uma exteriorização, penso, de que os brancos não são intrusos, que estão em casa. Tanto quanto pude perceber são extremamente sensíveis ao que pensam no estrangeiro. É preciso que o mundo saiba que estão em sua terra. Sendo sua a terra, nela têm interesses e devem defendê-la. Foi o que fizeram. Veremos isto daqui a pouco.

Portugal também avalia muito bem o que representam os territórios africanos em sua economia. Economia esta que desde a independência do Brasil estruturou-se de modo a incluir estes territórios como elementos fundamentais.

A perda pura e simples dos territórios africanos causaria profundos transtornos à economia portuguesa, o que certamente obrigaria a não menos profundos reajustes econômicos, políticos e sociais.

A economia portuguesa está muito mais ajustada a seus territórios africanos do que estava a dos países europeus aos respectivos territórios na África e que lograram autonomia. Note-se que isto não significou a perda do controle econômico desses territórios por parte das antigas Metrôpoles. A grita das ex-colônias contra o neocolonialismo que o diga. Deixaram o ônus e conservaram os lucros. Entretanto com relação a Portugal a situação seria diferente. Tendo Portugal uma economia frágil, uma vez perdido o controle político, axiomáticamente estaria perdido o econômico para outros países economicamente mais fortes. Um golpe muito duro que é preciso evitar ou protelar até que as condições sejam mais favoráveis.

Apesar de tudo que já foi visto nesta segunda chave, cabe ainda nela incluir, para completá-la, algumas palavras do Primeiro Ministro Português, Prof. Marcelo Caetano. "E quando ouço dizer que a Metrôpole, liberta dos encargos ultramarinos, conheceria novos tempos de prosperidade, pergunto a mim próprio se as pessoas que o afirmam estão convencidas do que dizem.

"Nunca professei a opinião de que Portugal, privado do Ultramar, estivesse condenado à perda da independência. Mas não quero pensar no que seriam os dias negros dessa privação. Não quero pensar no que seria a chegada à Metrôpole dos portugueses de Angola e Moçambique expulsos dos seus lares e em busca de novos meios de trabalho, nem a cólera de quantos se sentissem logrados nos sacrifícios feitos para manter em África a bandeira verde-rubra! Nem ousa imaginar o que doeria a ferida mortal – o que por longos anos seria uma viva e ardente ferida aberta pelo abandono ou pela entrega na consciência do país".⁵

Terceira chave – O colonizador

Para a África portuguesa certamente que foi e vai muita gente para tarefas e tempo determinados, atraída pelas oportunidades oferecidas, e que partem de Portugal pensando na volta, para na Europa gozarem os frutos colhidos no ultramar. Mas se isto ocorre, não é menos verdadeiro que uma considerável parcela da população branca das províncias ultramarinas, penso que se pode falar em termos de maioria, está enraizada nelas. São portugueses ao mesmo tempo que também são angolanos e moçambiquenses, que além de aí terem propriedades e outros interesses econômicos, emocionalmente estão ligados a esta parte do espaço português.

Um dado que julgo muito significativo é ter encontrado muita gente (branca), nascida no ultramar que não conhece Portugal, como também pessoas que de lá saíram e nunca mais retornaram, nem pretendem fazê-lo, apesar de lhes oferecerem todas as oportunidades para tal, pois a cada 4 anos os servidores públicos e de firmas maiores, gozam a chamada licença graciosa: 4 meses de férias remuneradas e passagem (ida e volta) gratuita para toda a família e para qualquer ponto do espaço português. Perguntando-se por que não

5 - «O Problema Ultramarino Analisado pelo Chefe de Governo», in *A Capital*, de 7-10-69, Lisboa.

vão a Portugal a resposta quase invariável é: "fazer o que se minha casa é aqui?"

Não só se encontra angolanos e moçambiquenses de muitas gerações, inclusive de 400 anos, como é motivo de orgulho poder apresentar uma ascendência africana antiga. O mesmo orgulho é exteriorizado por pais de filhos ultramarinos.

Ao colonizador também cabe mais um mérito. Não ter tido maiores dificuldades em conviver com os nativos, e isto se deve atribuir a duas razões principais: o não acalento de preconceito racial, em termos gerais, e o geral baixo nível cultural, o que facilitou o convívio e aproximação de autóctones e alienígenas. Convivência que apresenta até matizes de verdadeiro igualitarismo. O resultado disso se fez sentir quando eclodiu o terrorismo.

Uma última observação para girar mais esta chave. Tudo leva a crer que a população branca não pode ser vista como ave de arribação. Uma enfática comprovação do que acaba de ser dito pode ser encontrada no regresso da maioria dos que saíram quando eclodiu a rebelião.

Quarta chave - Natureza da guerrilha e o combate a ela

Em primeiro lugar, nem de leve, tem a gravidade e extensão que nossos jornais deixam transparecer ou mesmo apregoam. Julgo que um único dado basta para demonstrar esta distorção: segundo o noticiário internacional desde 1962, 2/3 da Guiné portuguesa estão sob o controle dos guerrilheiros e sua queda final é para muito breve. Como se vê um muito breve que já dura oito anos.

A guerrilha ou terrorismo conforme querem uns e outros, atualmente, não chega nem a ser tema de preocupação maior da população branca. Para a população civil em geral, exceto para aqueles que têm parentes prestando serviço militar, a guerrilha não é sentida senão através do rádio e jornais, que além de comedido noticiário a respeito, informam sobre baixas, uma prova eloquente de que ela existe.

Para quem saiu daqui ouvindo e lendo tanto a respeito da guerrilha foi uma frustração (bem-vinda), não encontrá-la ou ainda senti-la como algo que a aproximasse da expectativa formada à distância. É quase que a própria "batalha de Itararé" por estar tão localizada e tão distante na preocupação das pessoas que quase não é sentida. Exceto em Luanda, não encontrei nada que pudesse ser chamado de policiamento preventivo, ostensivo e regular. Ali, jeeps com soldados armados percorrem certos pontos, entre eles os **muceques**, designação local de favela. No mais não se vê medidas especiais de segurança. A saída à noite é livre, por toda a parte as casas que vendem armas as expõem livremente, só com a proteção do vidro da vitrine e às vezes nem isto, mesmo à noite.

No que diz respeito à população nativa não tenho dúvidas em afirmar que em sua imensa maioria está alheia a ela. Em termos de percentual este alheamento supera ao da população branca.

Tirando aqueles que habitam as zonas onde se desenvolvem as atividades guerrilheiras, o contato que tomam com ela é através de informações pessoais ou pelo rádio, já que o analfabetismo impera. Também não tenho dúvidas em afirmar que um percentual muito significativo desta população não sabe e nunca soube da guerrilha.

Vejamos agora o combate às guerrilhas desde seu início em março de 1961, quando estava no apogeu o fermento nacionalista (ou africanista?) na África. Neste momento a população branca em Angola não deveria atingir 200.000 num total de mais de 4.000.000 de habitantes. Ainda nesta altura as forças policiais e militares eram quase simbólicas.

Eclodida a rebelião com violência inaudita e de surpresa, como convinha, foi enfrentada e contida. Nos primeiros e longos momentos, que se prolongaram por mais de um mês, a rebelião foi enfrentada pela população civil, que também se esmerou na violência. Os reforços vindos de Portugal para a emergência começaram a chegar em abril.

Cabe agora uma pergunta: Como pôde ser contida nesses primeiros momentos a rebelião? Vamos à resposta. É fora

de dúvida que o movimento não teve organização eficiente (e poderia tê-lo), com a massa de seus participantes não avaliando o papel que se dispunham a desempenhar. Enquanto a maioria esmagadora dos mais de 4.500.000 pretos nem de leve participou do levante, os brancos lutaram para defender a vida, o que tinham e no que acreditavam. Acrescenta-se também que contaram com decidido apoio de alguns milhares de pretos, o que os fortaleceu e desfaleceu os revoltosos de elementos eficientes.

Em Moçambique a rebelião vai ter início em 1962, mas com os portugueses já preparados, a situação foi mantida sob controle.

De muito boa fonte obtive a informação de que 130.000 soldados atualmente combatem os terroristas ou guerrilheiros. Estes 130.000 homens espalham-se pelos 2.000.000 de km² de Angola e Moçambique, com cerca de 14.000.000 de habitantes, dos quais 450.000 são brancos. 300.000 em Angola e 150.000 em Moçambique. Há ainda 60.000 mulatos nos dois territórios e 30.000 monhés (indianos e paquistaneses) em Moçambique. Ao todo Angola tem 6.000.000 de habitantes e Moçambique 8.000.000.

Tendo-se em vista a vastidão dos territórios, suas características e sobretudo as características da guerra de guerrilha, bem se pode avaliar que 130.000 soldados é relativamente pouco, como relativamente é pequena a guerrilha.

No combate à guerrilha há dois dados significativos a serem abordados:

Primeiro, todos os meus informantes, entre eles diplomatas brasileiros e militares, foram unânimes em afirmar que o combate às guerrilhas não é feito pelas forças regulares apenas na base da coerção armada, mas procuram por persuasão e prestação de serviços recuperar aqueles que se passaram para o outro lado, bem como manter a fidelidade dos demais. Parece que tem havido algum sucesso.

Segundo, é muito comum ouvir-se dizer que a guerra na África está solapando a economia portuguesa, que Portugal está no limite de suas forças, que um trunfo para os guerri-

lheiros, a longo prazo, é este esgotamento. Poucos enganos me parecem tão grandes como este. Embora a guerra seja feita com o consumo de grandes somas, o progresso e melhoria do nível de vida em Portugal e na África é palpável e atestado por todos. O potencial português pode muito bem agüentar as despesas, mas se isto não bastar há mais um elemento que dissipará qualquer dúvida a respeito. A vizinha África do Sul é quase tão interessada na continuidade da presença portuguesa na África como Portugal, e em termos de África é uma superpotência. Sua prosperidade decorre da riqueza extraída de seu subsolo, entre ela se encontrando 2/3 da produção mundial de ouro, uma "pequena" parte do qual, passa a Portugal numa espécie de compensação pelos 500.000 trabalhadores negros, na maioria de Moçambique, que trabalham na África do Sul, a maior parte justamente na exploração aurífera. Assim parece que a exaustão portuguesa pode ser comparada à conclusão do tapete de Penélope.

Finalmente, em se tratando da guerrilha, para sua completa compreensão, sobretudo no que diz respeito ao negro, sempre se deve ter em mente a dedução tirada a partir do pensamento de Nkrumah e o termo de comparação com nosso índio mencionados no início.

Quinta chave – O despertar português para o problema africano

Uma pilhéria muito comum em Angola e Moçambique é que ainda chegará o dia em que será erigido um monumento ao terrorismo. Com isto querem significar que foi graças ao terrorismo que a África passou a receber da Metrópole maior atenção para seus problemas de abandono e desenvolvimento. E isto encerra muito de verdade. Realmente pode-se tomar o início do terrorismo para marcar o princípio de uma nova era para a África Portuguesa. O terrorismo despertou Portugal para as coisas da África. Além de tropas com seus res-

pectivos soldos, Angola e Moçambique receberam novos e substanciais investimentos, nacionais e estrangeiros, novos planos de fomento, nova legislação social, novos contingentes migratórios, difusão da escolarização inclusive com a criação de duas universidades. Tudo isto visando desenvolver os territórios, promover as populações e assim assegurar a continuidade da presença portuguesa na África.

O progresso, o desenvolvimento é palpável, perceptível a qualquer observador mesmo não muito atento. Um dado para atestar a olho este desenvolvimento é o fato da maioria das cidades terem entre 30 e 50% de suas construções datando de menos de 7 anos. Das cidades que visitei numa única não encontrei esta situação, foi na ilha de Moçambique, uma espécie de Hong-Kong local, e a razão para tal é que simplesmente não há mais terrenos vazios. De resto o surto imobiliário é algo notável, e lá não há inflação.

Alguns dados darão uma idéia mais exata desse desenvolvimento, todos relativos a Angola e 1969:

- 90.000 veículos a motor
- 4.200km de estradas asfaltadas (Estão asfaltando 500km por ano)
- 41.700km de estradas sem asfalto
- 3.256km de estradas de ferro
- 28 cidades servidas por linhas aéreas regulares
- 367.000 matrículas no curso primário
- 42.000 matrículas no curso secundário
- 1.091 matrículas nos cursos universitários
- 5.600.000 toneladas de minério de ferro
- 230.000 toneladas de café (principal produto de exportação e 3º produtor mundial)
- 4.700.000.000 escudos o valor da produção industrial
- 7.500.000 toneladas de petróleo.

Mais alguns dados, agora sobre o comércio exterior, mostrarão o crescente desenvolvimento econômico a partir de 1962:

Exportações:

1962	4.264.294.000	escudos
1964	5.867.571.000	"
1966	6.359.390.000	"
1968	7.796.363.000	"

Importações:

2.897.966.000	escudos
4.714.294.000	"
5.947.606.000	"
8.444.822.000	"

Tudo sem inflação.

A esta altura, se não houver algum esclarecimento poderei passar por contraditório. No início afirmo que uma das chaves para explicar a permanência portuguesa na África foi o pouco desenvolvimento e agora digo que é o desenvolvimento. E entendo que assim seja. Por paradoxal que pareça se no auge da onda autonomista que varreu a África expulsando os colonialistas, Portugal não foi expulso, agora, passado o ímpeto autonomista, espera não sê-lo justamente pelo desenvolvimento.

O porquê da permanência pelo não desenvolvimento já foi abordado. Cabe agora abordar a continuidade pelo desenvolvimento.

Ao serem investidos novos capitais nacionais tanto particulares como públicos, isto por si só já estabelece um vínculo, ou melhor reforça vínculos já existentes entre Portugal e os territórios africanos. Aviva o sentimento de fidelidade da população branca a Portugal, ela que sempre se sentiu portuguesa, é inegável, sente-se agora apoiada para permanecer na África. Os novos contingentes migratórios ou ex-soldados que não regressam à Europa (seu número não é grande), pelas novas oportunidades criadas somam-se à população aí enraizada para também criarem raízes. Pela existência da guerrilha esta população se une entre si, a Portugal e permanece atenta. Como há mais interesses a serem defendidos a defesa deve ser maior e não só em termos militares. Povoamento, serviços, facilidades, promoção social, interesses na África com o passar do tempo responderão cada vez mais por esta defesa.

Mas se o adversário desta permanência é o negro, depois da dedução a partir do pensamento de Nkrumah, de que modo o ambiente do desenvolvimento atuará sobre o negro,

como fator positivo para a continuidade da presença portuguesa na África?

Aqui são expectativas, mais do que previsões, o que sempre é perigoso. O ímpeto autonomista e antibranco que varreu a África na década recém-finda, passou. Assim a inspiração do exemplo vivo está meio diluída. Apesar da guerrilha, a calma e a ordem dominam. As animosidades raciais mais do que manifestas são latentes ou inexistentes. Neste ambiente o desenvolvimento está atingindo o negro. Ele é convidado, sem possibilidade de recusa, a dêle participar. Não há brancos em número suficiente para tôdas as oportunidades econômicas surgidas.

Aquêles que são envolvidos nesse processo de desenvolvimento já não podem ser comparados aos homens de cultura quase tribal que participavam do antigo sistema econômico. Agora chegou a vez dos nativos de Angola e Moçambique se civilizarem, de adquirirem as condições necessárias para desempenharem as funções que lhes compete exercer no nôvo quadro criado. Neste nôvo quadro o negro é funcionário administrativo, pedreiro, tratorista, contínuo da Universidade, professor, operário industrial, médico, porteiro de hotel, comissário de bordo e cada vez mais solicitado, em maior número e para maior número de atividades.

Cabe agora a pergunta que me parece inevitável. Não está aí se formando a "elite da classe média e o aríete" mencionados por Nkrumah e que derrotaram às forças do colonialismo? A resposta só pode ser afirmativa. Sendo assim cabe mais uma pergunta, também inevitável: E o resultado não será inevitavelmente o mesmo? Vejamos.

Com variações locais, nas antigas colônias européias na África Negra a população nativa desenvolveu um sentimento hostil, chegando mesmo ao ódio à população branca. Esta hostilidade foi estimulada e manipulada pelos líderes dos movimentos autonomistas, mostrando ser uma arma eficiente na luta anticolonialista. Esta hostilidade era inevitável e de fácil compreensão.

A Sociologia e Antropologia têm sobejamente demonstrado que a origem de qualquer preconceito se encontra no choque de interesses entre o que discrimina e o discriminado. De um lado a classe inferior formada pelos pretos, do outro a classe dominante formada pelos brancos. A identificação de uns e outros, lembrando consciente ou inconscientemente, o passado, com direitos, deveres, privilégios, preterições, era feito antes de mais nada pela cor da pele. Um elemento tão significativo para atribuir a alguém uma posição, com os deveres, direitos e privilégios a ela inerentes que se sobrepunha a qualquer outra consideração, incluindo-se riqueza e instrução. Enquanto a economia, a instrução e a maioria das ideologias concorriam para a formação de uma sociedade de classes, a cor da pele, como variável dominante, concorria para a formação de uma sociedade de duas castas. Quando chegou o momento das forças sociais próprias de uma sociedade de classes se expandirem, chocaram-se com as barreiras das forças sociais próprias de uma sociedade de castas. Em linguagem comum, quando os negros com instrução e riqueza pretenderam postos e prerrogativas correspondentes a esta riqueza e instrução, foram barradas pela cor da pele. Aqui também deve-se acrescentar que muitas das barreiras que se antepunham à ascensão social dos pretos não eram, é lógico, devidas à cor da pele, mas por eles eram entendidas como tal e o resultado era o mesmo.

Entre parênteses: Se alguém está pensando em pretos ocupando alguns altos postos, sem poder de decisão no mais das vezes, ou formados por universidades européias, lembro que devem pensar nos bairros exclusivos para brancos, inclusive cercados, com cartazes anunciando sua exclusividade e proibindo a entrada de pretos do anoitecer ao amanhecer.

Na África Portuguesa a situação me parece distinta pelas variáveis em jogo:

a - Aqui, ao contrário do que se dava nas ex-colônias européias, a população branca julga-se em casa, determinada a nela permanecer. Determinado também está Portugal em não abandonar a África e desenvolvê-la, como já vimos.

b - Por terem a população branca e a administração, consciência de que o único meio de assegurar esta permanência em condições que permitam a realização de seus objetivos, é a harmonia com os nativos e sua integração, sinceros, grandes e eficientes esforços são feitos neste sentido. Uma prova disso são os números sobre matrículas já mencionados. Toda a política oficial é orientada no sentido de evitar qualquer discriminação em termos de raça. Isto chega a ser uma obsessão. Em relação à população a situação aproxima-se muito da nossa, dispensando assim comentários. Sem sofismas, mais do que discriminação racial é questão de nível social e cultural o que separa pretos e brancos.

c - O percentual de brancos na população embora maior do que em qualquer das ex-colônias européias em vista do grande (em termos locais) desenvolvimento não frustra as aspirações de ascensão dos pretos. Há lugar para todos. Penso ser esta a variável mais significativa.

d - A experiência portuguesa na África. Basta lembrar todas as vicissitudes por que passou a presença portuguesa lá, e ainda passa, e foram e estão sendo superadas.

e - A aceitação por um número significativo de pretos da idéia da permanência portuguesa na África e mesmo sua desejabilidade. Uma enfática evidência disso foi o avultado número de pretos que lutaram ao lado dos brancos quando eclodiu o terrorismo, e que cooperam de modo decidido e indispensável no esforço de desenvolvimento, com uma noção, quase religiosa, do dever. Esta impressão colhi falando com dezenas de professores rurais em várias oportunidades.

Conclusões

Se é verdade que vi muito não o é menos que muito deixei de ver, não pelos portugueses, mas por minha falta de tempo. Sendo assim, as conclusões que seguem derivam única e tão somente do que pude colher:

1 - A menos que ocorra algo fora das fronteiras portuguesas de modo a criar uma situação favorável às guerrilhas, mudando todo o quadro atual, me inclino a pensar que pela força a curto (5 anos?) ou médio (10 anos?) prazo os portugueses não deixarão Angola ou Moçambique. Não quero dizer que a longo prazo tal venha ou não a ocorrer.

De fundamental neste "fora das fronteiras" encontra-se a atitude dos demais Estados africanos, os interesses do capital estrangeiro e, talvez mais do que todos, o encaminhamento que venha a tomar a questão do "apartheid" na África do Sul. Parece-me tão íntima e delicada a ligação de uma coisa com a outra que penso poder compará-la à espada sobre a cabeça de Dâmocles.

2 - Na população branca os que eventualmente sejam favoráveis à autonomia de Angola e Moçambique a curto ou médio prazo, certamente constituem uma minoria tão ínfima que pode ser desprezada. Poucos entretanto têm dúvidas que a autonomia chegará. Nem as autoridades, mesmo e especialmente as dos altos escalões administrativos. Fala-se abertamente, inclusive é a política oficial, de desenvolvimento crescente e progressiva autonomia. Este assunto não é tabu. Mesmo na censurada imprensa portuguesa ele é abordado, e também na África.

A expectativa é em que termos vai ocorrer tal autonomia. São três as interrogações principais: Um país só para os pretos? Um país para pretos e brancos? Como serão as relações com Portugal?

3 - Portugal embora faça esforços para protelar este dia, não o teme. Prepara sua economia para o futuro, entre outras medidas com a instalação da grande indústria e procurando dar um encaminhamento à questão, de tal modo que ao ocorrer o que parece inevitável, a cooperação, em termos ainda não vislumbrados, venha a correr entre Portugal e aquelas que aí serão suas ex-províncias como querem eles ou ex-colônias como querem os que o atacam.

Em último lugar, para destacar, dentre as providências tomadas por Portugal para quando chegar o dia D o baque

ser menor ou mesmo não haver baque, está o desenvolvimento do turismo. No ano passado Portugal recebeu mais de 5.000.000 de turistas e lá há o que oferecer e eles sabem fazer a oferta.

4 - Quanto às expectativas a respeito do futuro a população branca, grosso modo, pode ser dividida em quatro grupos. Por ordem crescente de importância numérica:

a - **Ingênuos** (certamente minoria) - Neste grupo domina o pensamento de que Angola e Moçambique continuarão províncias portuguesas, mesmo daqui a cem anos, tanto como continuarão a sê-lo as da Europa. Caricaturalmente pode-se dizer que neste grupo pensa-se que ensinar a uma criança, seja ela preta ou branca, ter sido Afonso Henriques o 1.º Rei Português é o suficiente para fazer dela um leal súdito de Portugal. Outros falam que todo o problema do futuro estará resolvido com a vinda de 1.000.000 de brancos. Não dizem donde virá êste milhão.

b - **Os que parecem não avaliar a questão ou por ela não se interessam** - Neste grupo há um misto de otimismo, pessimismo, interesse e desinteresse. Pessimismo e otimismo: ou as pessoas vêem as coisas de modo tão positivo ou negativo (com ênfase aqui), que não precisam pensar nelas ou é melhor (sobretudo), não se preocupar com elas. É o verdadeiro caso do escondido da avestruz. Interesse e desinteresse: aí temos os que vieram para "fazer a África", com planos a muito curto prazo para ela e a longo para a Europa, e aqueles que em qualquer sociedade não se interessam por nada.

c - **Pessimistas** - O pensamento dominante no grupo é de que mais dia, menos dia, se repetirá pela última vez, mais uma retirada da Europa. Aham que o futuro e desenvolvimento, cada vez mais afastarão pretos e brancos. Dois pensamentos ajudarão melhor a caracterizar o grupo: "Confiar em negro é o mesmo que confiar em água no cesto". Manter depósito bancário em Lisboa é uma providência indispensável.

d - **Otimistas** - certamente que majoritários (60%?). Este grupo avalia as dificuldades, mas crê na sua superação.

Que o pior já passou. Quando eclodiu o terrorismo estavam só e em menor número, agora seu número dobrou e contam com o apoio de Portugal, não só em termos de armas, mas econômico, técnico, em serviços.

Otimismo aqui significa que sempre haverá lugar para os brancos, que as relações raciais marcharão para uma integração além da econômica, que Portugal não os abandonará, que cada vez obterão mais autonomia, que num futuro não muito distante (quinze ou vinte anos?) a autonomia será completa, mantendo-se uma estreita colaboração ou mesmo integração com Portugal.

O máximo da aspiração neste grupo é ser "um novo Brasil", significando isto integridade territorial, harmonia racial e um fruto bem sucedido de Portugal. Esta imagem cabe mais exatamente em relação a Angola. "Angola vai ser um novo Brasil" é frase corriqueira.

5 - As conclusões a respeito da população negra apresentam grandes dificuldades. É mínimo o que posso dizer. Em primeiro lugar a grande massa negra, cerca de 80%, simplesmente não tem expectativas a respeito do tema que estamos abordando. Dessa massa de indivíduos tribais a expectativa é a respeito das expectativas que venham a desenvolver à medida que forem deixando de ser tribais. Hoje são meramente participantes inconscientes ou nem isto, do drama que se desenrola no vasto palco da África Portuguesa. Dos restantes 20% é muito pouco o que posso dizer. Eles abrangem desde aqueles que são decididamente pela expulsão imediata dos portugueses e fazem as guerrilhas, até aqueles em quem os portugueses podem depositar confiança e cujo pensamento coincide com o dos otimistas brancos.

Para emitir uma opinião a respeito dêsse grupo e que se aproxime da realidade são necessários uma permanência prolongada entre eles e muita sagacidade. Assim talvez seja possível estabelecer se o que diz um negro corresponde ao que ele pensa. Se em muitos casos o pesquisador não tem dúvidas, noutros elas são uma constante.

6 - Como a permanência ou saída de Portugal da África muitas vezes é posta em termos de moral, de humanitarismo e de sentimentalismo, embora desejasse não posso fugir à questão.

É sabido que quando num processo de expansão política e econômica, uma sociedade com cultura técnica e cientificamente superior se choca com outra inferior técnica e cientificamente, as misérias e paixões encontram campo fértil. A exploração, a degradação, o trabalho forçado, baixa ou nenhuma remuneração pelo trabalho, o desrespeito pelos direitos da pessoa estão presentes, como característica inevitável desse processo de expansão. Assim sendo a África Portuguesa não deixou de conhecê-lo, como não deixaram de conhecer as ex-Áfricas Inglesa, Francesa, Belga, as ex-Américas Espanhola, Portuguesa, Francesa, Inglesa. Atualmente os índios do Brasil, na Amazônia, estão conhecendo isto em decorrência do avanço da civilização brasileira na região. Por mais que recuemos no tempo o quadro se repete. Tudo isto não justifica nada em termos morais, mas explica em termos de forças sociais e vontade e desejos humanos.

No presente o que se vê é um imenso esforço feito de modo consciente, chegando mesmo a ser sentido como verdadeira obrigação moral, por parte da administração e indivíduos, para desenvolver e promover a África e o homem africano, quase ou mesmo como uma reparação pelo que deixou de ser feito no passado. Isto nem de leve quer dizer que as misérias do passado não estejam presentes. Estão e muito, mas em qual sociedade, da mais socialista à mais capitalista, não se encontram tais quadros?

Falando agora em termos "práticos", pelo que pensam, pelo que aspiram, pelo que são, os povos nativos de Angola e Moçambique, em sua generalidade, simplesmente não podem aspirar a formarem um país autônomo, na acepção comum e conhecida do termo. Se de lá saírem os portugueses, na presente situação, para lá irão outros gerentes, sejam russos, chineses, americanos ou sul-africanos. É preciso ver.

7 - Sem querer descobrir a pólvora, acima de qualquer outra consideração, penso que o futuro da continuidade da presença portuguesa na África, as relações futuras dos territórios com Portugal e a permanência da população branca dependerá do rumo que tomarem as relações raciais, do sentimento que uma raça vier a votar à outra.

Algumas premissas já foram traçadas e agora só resta acrescentar que a situação apresenta um delicado ponto de equilíbrio, podendo com facilidade pender para um ou outro lado. Em alguns olhares negros nota-se uma decidida hostilidade ao branco; brancos podem ser festejados fraternamente e verdadeiramente por negros; os brancos podem confiar em negros a ponto desses integrarem serviços de segurança de modo nada simbólica, mas, e não poderia deixar de mencioná-lo, uma faceta muito presente das relações entre pretos e brancos é uma desconfiança recíproca, um confiar desconfiando, gerada pela eclosão do terrorismo, onde inimigo era quem fôsse da outra raça. Também devo dizer que tal desconfiança já foi muito maior.

Como as raças devem continuar a viver juntas, a incógnita é, se ao final prevalecerá o sentimento de classe unindo pretos e brancos ou o sentimento de raça, separando uns e outros.

De um Secretário distrital em Moçambique ouvi algo muito significativo para deixar de referir: "Nós estamos dando asas a essa gente. Quando as tiverem, certamente voarão".

A solução da incógnita indicará o rumo do voo.